

POR UM TRANSPORTE FERROVIÁRIO DIGNO



O "Projeto Central - Aceleração do Transporte Ferroviário no Rio de Janeiro" foi apresentado e debatido no Clube de Engenharia

PÁGINA 3

BANDA LARGA

PROJETO DA NOVA TELEBRÁS NÃO SERÁ PARA TODOS

Segundo Marcos Dantas, especialista em Telecomunicações, a internet Banda Larga da Nova Telebrás deve custar 15 reais, mas será de apenas 512 KBPS. E não atingirá a todos os municípios brasileiros. PÁGINAS 4 e 5



a influência norteamericana na geopolítica internacional

Curso do Núcleo Piratininga de Comunicação, coordenado por Vito Giannotti, traz o cientista político Marcelo Santos e o historiador Tariq Ali para debaterem a resistência da América Latina na hegemonia dos Estados Unidos. PÁGINA 8

Desafios e perspectivas para 2011

O SENGE-RJ e o movimento sindical brasileiro vivem uma situação paradoxal. Diferentemente de conjunturas anteriores, quando o sindicalismo era cerceado, sindicalistas eram demitidos e presos, as centrais sindicais não eram reconhecidas, mas mesmo assim foi possível construir um movimento forte, principalmente no final dos anos 70 e por toda década de 80. Hoje, o movimento sindical se depara com a indiferença e um sentimento generalizado de recusa de participação nos movimentos sociais organizados, principalmente por parte das gerações mais jovens de trabalhadores.

Esta situação é também fruto de uma conjuntura mais recente de crise econômica, baixos índices de crescimento na economia, ideologia neoliberal estimulando as “soluções individuais” em detrimento das ações coletivas no campo social, em especial na área sindical. Ainda mais recentemente, um outro fator na conjuntura veio a se sobrepor aos demais. O baixo nível de politização dos processos políticos, inclusive as eleições de outubro/novembro passado, nas quais questões menores vieram a ter uma relevância completamente descabida, caso a conjuntura fosse outra.

A superação política dessa situação coloca o SENGE-RJ em uma encruzilhada, uma espécie de “decifra-me ou te devoro”. Este tem sido, nos últimos meses, o esforço conjunto de toda diretoria e continuará sendo, ainda por algum tempo. Reestruturar o Sindicato, aumentar de forma significativa o corpo de associados, ampliar e modificar suas formas de atuação, sempre com o objetivo maior de tornar o SENGE-RJ uma referência importante para seus associados e para o movimento sindical no estado.

Não haverá vencedores

Artigo publicado originalmente na Folha de São Paulo, em 28/11/2010

▪ MARCELO FREIXO

Dezenas de jovens pobres, negros, armados de fuzis, marcham em fuga, pelo meio do mato. Não se trata de uma marcha revolucionária, como a cena poderia sugerir em outro tempo e lugar. “Eles estão com armas nas mãos e as cabeças vazias. Não defendem ideologia. Não disputam o Estado. Não há sequer expectativa de vida. Só conhecem a barbárie. A maioria não concluiu o ensino fundamental e sabe que vai morrer ou ser presa.

As imagens aéreas na TV, em tempo real, são terríveis: exibem pessoas que tanto podem matar como se tornar cadáveres a qualquer hora. A cena ocorre após a chegada das forças policiais do Estado à Vila Cruzeiro e ao Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro.

O ideal seria uma rendição, mas isso é difícil de acontecer. O risco de um banho de sangue, sim, é real, porque prevalece na segurança pública a lógica da guerra. O Estado cumpre, assim, o seu papel tradicional. Mas, ao final, não costuma haver vencedores.

Esse modelo de enfrentamento não parece eficaz. Prova disso é que, não faz tanto tempo assim, nesta mesma gestão do governo estadual, em 2007, no próprio Complexo do Alemão, a polícia entrou e matou 19. E eis que, agora, a polícia vê a necessidade de entrar na mesma favela de novo.

Tem sido assim no Brasil há tempos. Essa lógica da guerra prevalece no Brasil desde Canudos. E nunca proporcionou segurança de fato. Novas crises virão. E novas mortes. Até quando? Não vai ser um Dia D como esse agora anunciado que vai garantir a paz. Essa analogia à data histórica da 2ª Guerra Mundial não passa de fraude midiática.

Essa crise se explica, em parte, por uma concepção do papel da polícia que envolve o confronto armado com os bandos do varejo das drogas. Isso nunca vai acabar com o tráfico. Este existe em todo lugar, no mundo inteiro. E quem leva drogas e armas às favelas?

É preciso patrulhar a baía de Guanabara, portos, fronteiras, aeroportos clandestinos. O lucrativo negócio das armas e drogas é máfia internacional. Ingenuidade acreditar que confrontos armados nas favelas podem acabar com o crime organizado. Ter a polícia que mais mata e que mais morre no mundo não resolve.

Falta vontade política para valorizar e preparar os policiais para enfrentar o crime onde o crime se organiza -onde há poder e dinheiro. E, na origem da crise, há ainda a desigualdade. É a miséria que se apresenta como pano de fundo no zoom das câmeras de TV. Mas são os homens armados em fuga e o aparato bélico do Estado os protagonistas do impressionante espetáculo, em narrativa estruturada pelo viés maniqueísta da eterna “guerra” entre o bem e o mal.

Como o “inimigo” mora na favela, são seus moradores que sofrem os efeitos colaterais da “guerra”, enquanto a crise parece não afetar tanto assim a vida na zona sul, onde a ação da polícia se traduziu no aumento do policiamento preventivo. A violência é desigual.

É preciso construir mais do que só a solução tópica de uma crise episódica. Nem nas UPPs se providenciou ainda algo além da ação policial. Falta saúde, creche, escola, assistência social, lazer. “O poder público não recolhe o lixo nas áreas em que a polícia é instrumento de apartheid. Pode parecer repetitivo, mas é isso: uma solução para a segurança pública terá de passar pela garantia dos direitos básicos dos cidadãos da favela.

Da população das favelas, 99% são pessoas honestas que saem todo dia para trabalhar na fábrica, na rua, na nossa casa, para produzir trabalho, arte e vida. E essa gente -com as suas comunidades tornadas em praças de “guerra”- não consegue exercer sequer o direito de dormir em paz.

Quem dera houvesse, como nas favelas, só 1% de criminosos nos parlamentos e no Judiciário...

“Pode parecer repetitivo, mas é isso: uma solução para a segurança pública do Rio terá de passar pela garantia dos direitos dos cidadãos da favela”

• **Marcelo Freixo**, professor de história, deputado estadual (PSOL-RJ), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vábo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelo de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Monitor Mercantil



Projeto Central traz soluções para municípios

O Clube de Engenharia foi sede do lançamento do “Projeto Central – Aceleração do Transporte Ferroviário no Rio de Janeiro”, dia 29 de novembro. Uma cartilha explicando este projeto foi distribuída para os mais de 300 participantes, que lotaram o auditório. A iniciativa é uma realização do SENGE-RJ, com o apoio do CREA-RJ, e elaborado pelo grupo de profissionais dedicados ao estudo do setor: Jorge Saraiva da Rocha, diretor do SENGE-RJ e engenheiro da Central; Luiz Antônio Cosenza, diretor do SENGE-RJ e vice-presidente do CREA-RJ; Tânia Regina Ferreira, assistente social da Central e diretora da REFER; Sidney de Paula e Silva, ex-Diretor do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.

A REIVINDICAÇÃO DE MUNICÍPIOS

A militante Remilda Jardim, de Suruí, afirma que sua comunidade está em busca de um direito. “Estamos reunidos para discutir problemas de municípios pequenos, porque não somos vistos como quando municípios grandes se reúnem. Estão nos negando direitos de vários anos, mas estamos de braços dados nesta luta e não vamos desistir até sermos reconhecidos e tratados como gente”, afirma Remilda. Ela explica que no seu município não há trem digno para os trabalhadores e alerta: “VLT não é apenas um sonho, é um direito que nos está sendo negado”.

Marlene Formiga, militante de Magé, declara: “Eu tenho o direito à cidade, de ir à escola, à universidade, de acesso à cultura. Queremos a linha Magé – Visconde, queremos trem de qualidade até Saracuruna. Precisamos de dignidade. O trabalhador não pode ficar debaixo das marquises por não conseguir voltar para casa”.

Sueli da Contrem faz reivindicações para os municípios de Guapimirim e de Raiz da Serra. “Queremos VLT. Já há negociações para a instalação em alguns lugares, mas nada em nossa região, não entendemos o motivo. Recursos estão rolando, mas desde que o nosso ramal foi privatizado não há investimentos por falta de interesses”.

José Maurício, de Itaboraí, deposita grande expectativa no Projeto Central, para o resgate do transporte no Rio de



Reprodução

Capa da cartilha do Projeto Central

Janeiro. Ele reclama que a concessionária oferece um péssimo serviço para este ir e vir.

Messias Formigão, de Guapimirim, declara a importância da luta para trabalhar em favor dos menos favorecidos.

PERSPECTIVA DE APOIO

O deputado federal Carlos Santana afirma a importância de colocar o Projeto Central no PAC 2. O gerente executivo de abastecimento e logística da Petrobras, Eduardo Altran, alerta que é preciso gestões que façam este projeto sair do papel e garante que é um projeto barato. “O papel da Petrobras é apoiar o Projeto Central”, afirma. O diretor social do BNDES, Helvio Gaspar, afirma: “este projeto é prioridade para a cidade do Rio de Janeiro, vou me dedicar a construir e a levá-lo a Brasília”.

“Eu tenho o direito à cidade, de ir à escola, à universidade, de acesso à cultura. Queremos trem de qualidade até Saracuruna”

Marlene Formiga, moradora de Magé

AUSÊNCIA DE AUTORIDADES

O diretor do SENGE-RJ e vice-presidente do CREA-RJ, Luiz Antônio Cosenza, enalteceu a presença da prefeitura de Magé e lamentou a ausência de Secretários do Governo Estadual e de outras prefeituras no evento. “As prefeituras dos demais municípios que teriam suas populações beneficiadas

precisam brigar por este projeto, mas nem aqui estão. Também representantes da Central não compareceram, mas precisamos comprometer as autoridades com o projeto”, declara.

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos, explica que é fundamental detalhar mais o Projeto Central, de acordo com normas do BNDES e da Petrobras, além de fazer audiência com as autoridades, levando o projeto em mãos, para que os representantes da cidade entendam como ele é importante para a vida das comunidades, sensibilizando as autoridades a fazerem deste projeto uma realidade. “Precisamos mobilizar e continuar a luta”, afirma.

• Para ler a cartilha, acesse: http://www.sengerj.org.br/extras/projeto_central.PDF



Barato sim, poré

Especialista garante que o serviço de internet Banda Larga pela Nova Teleb

Marcos Dantas é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Especialista em Telecomunicações, afirma que o projeto de Banda Larga da Nova Telebras não é um projeto de universalização. “É, no máximo, de massificação”, explica. Dantas garante que o serviço deve custar 15 reais, mas será de apenas 512 KBPS. Para ele, teria que ser de, pelo menos, 1 mega.

O especialista considera que as operadoras concessionárias em regime público – a Oi, a Telefônica e a Embratel – estavam apostando que o futuro delas seria a Banda Larga em regime público, mas o plano do governo desmontou isso.

Dantas diz que a Nova Telebras terá um papel interessante, que será funcionar como a intranet do governo. E também destaca que o projeto é fazer com que o poder de compra do governo seja usado para fomentar a tecnologia nacional.

– Na sua opinião, qual o motivo da polêmica envolvendo a Nova Telebras, principalmente por parte das operadoras que criticam o projeto?

– As operadoras são concessionárias de um serviço de um regime público que tem prazo para acabar, que é o serviço de telefonia fixa comutado. Naturalmente, elas devem pensar que a evolução normal do negócio delas seria para a Banda Larga. Ou seja, este serviço de telefonia fixa comutado – que já é um serviço em fase declinante, porque as tecnologias já mudaram – no futuro, seria substituído por um novo tipo de infraestrutura, que atenderia à demanda de novas tecnologias e Banda Larga.

Ao permanecer a proposta como está, todo o serviço de telecomunicações brasileiro será prestado em regime privado. A Lei Geral de Telecomunicações estabelece que o serviço de telecomunicações pode ser prestado em dois regimes, que é o público e o privado, o que não se confunde com estatal. Serviço Público pode ser prestado por empresa privada. E, no caso das telecomu-

nicções, é prestado por empresa privada. Hoje em dia, a Oi, a Embratel e a Telefônica.

Celular, multimídia e a Banda Larga, todos estes serviços são prestados em serviço privado, o único serviço que está em regime público é a telefonia pública comutada, que significa uma concessão do estado. Regime privado não é uma concessão, é uma autorização. E, sendo concessão do estado, é um contrato que uma empresa faz com o estado para prestar aquele serviço, dadas algumas condições.

No caso das Telecomunicações, estas condições são a obrigatoriedade de universalizar o serviço, o que significa que qualquer pessoa, em qualquer lugar do país, teria direito de acesso a este serviço. Para que isso se efetive, é preciso que as tarifas sejam módicas, ou seja, a prestação do serviço precisa ser num preço acessível ao bolso do mais pobre. E a prestação do serviço tem que ter a mesma qualidade, seja a um rico ou a um pobre. E é um serviço que não pode ser interrompido.

Todos os outros serviços de telecomunicações do Brasil não têm estas condições, o único que tem é a telefonia fixa. Como a telefonia fixa é uma tecnologia em extinção, as empresas concessionárias pensam que, naturalmente, a etapa seguinte do negócio delas é a Banda Larga, para a qual, inclusive, ela já tem uma infraestrutura, um conhecimento muito grande, elas estão presentes em, talvez, 50 ou 60% dos lares brasileiros, a telefonia fixa é a infraestrutura de telecomunicações mais expandida que a gente tem.

Quando o governo criou este projeto, sinalizou que, ao término dos atuais contratos de telefonia fixa, não serão mais feitos contratos em regime público. Então estas empresa estão olhando para o futuro e perguntando o que fazer.

Eu não acredito que elas estejam preocupadas com uma eventual concorrência, porque a Telebras não poderá disputar nenhum mercado que não seja através de licitação. Além disso, os clientes

corporativos, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras e alguns outros, para os quais a qualidade do serviço é vital, dificilmente migrarão para a Telebras, pois não podemos chegar, por exemplo, no Banco do Brasil e o terminal estar fora do ar, isso implicaria uma multa pesadíssima.

– Mas estas empresas vão oferecer um serviço que, pela Telebras, seria muito mais barato, não é? Isso não é uma preocupação para elas?

Não. Se colocarmos um projeto de expansão da Banda Larga através do Regime Público, quem estabelece o preço é o estado. Quem estabelece o preço do telefone não é a Oi, é o estado. É o contrato da Oi com o estado, se você achar que está caro, não reclame da Oi, reclame do estado. É possível ter condições de preço, independente do serviço ser prestado por uma empresa privada ou uma estatal. No regime público, a Banda Larga teria o preço definido pelo estado. O outro problema é como financiar isso. É um acordo. Quais são as fontes de financiamento para que o preço seja baixo?

No modelo do governo, teríamos um preço baixo, mas, em compensação, teríamos limite de banda. Porque é um preço baixo até 512 KBPS. Então todos que podem pagar caro vão continuar pagando para ter 1 mega ou 5 megas. Teríamos um serviço ruim a um preço baixo. E não é universal.

– Por que não seria universal?

– O ideal é que fosse um regime público, que tivesse um projeto real de universalização. Mas não tem, é, no máximo, um projeto de massificação. Quando há um contrato de universalização do regime público, a empresa é obrigada a colocar o serviço em tal condição, não importando onde o cidadão more, ou a sua faixa de renda, ele poderia pedir este serviço, quando bem entendesse.

No caso do projeto que o governo elaborou, ele vai usar a infraestrutura da Telebras para chegar a, no máximo, 4

“ O projeto Banda Larga da Nova Telebras não é de universalização, é, no máximo, de massificação”

Marcos Dantas – professor da UFRJ

mil municípios brasileiros, que é o que esta estrutura permite. Vai oferecer um preço no atacado, que ele espera que, no local, exista quem compre no atacado, sejam prefeituras ou provedores locais, por um preço, para poder revender por um limite de 512 KBPS. Depende de ter, no local, alguém que queira “tomar” isso, e muitas pessoas vão preferir pagar mais caro para ter mais qualidade.

– Mas, nem por uma qualidade inferior, não seria de graça?

– Não. De graça nunca poderia ser. Este serviço é muito caro para ser de graça. Mas é possível fazer um serviço barato e de qualidade, sendo que teria que se montar um estrutura financeira para isso. E não há estrutura financeira para ser de qualidade e barato.

– Não há importância em ser uma estatal a gerenciar este serviço?

– Não. Ela vai gerenciar, mas a principal função dela é criar um mercado no atacado, para quem quiser “tomar” na ponta final.

em de baixa qualidade

ras não vai atingir todo o país e que não há estrutura financeira para ser de qualidade com baixo custo

to de Banda
ova Telebrás
iversalização,
no, de

e especialista em Telecomunicações

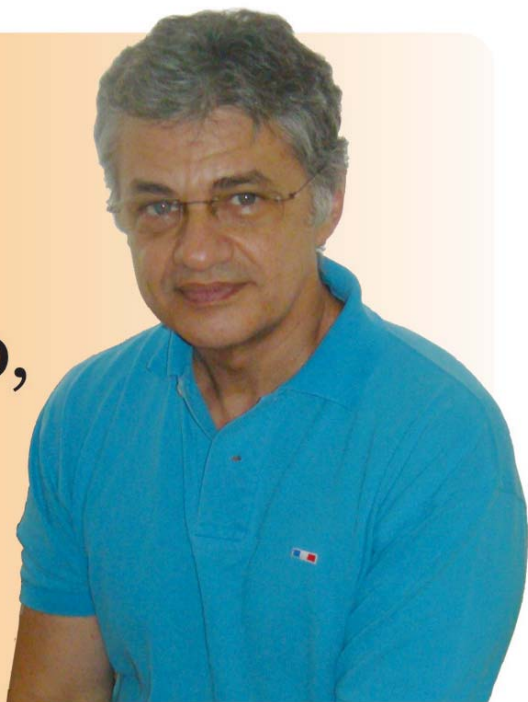


Foto: Júlia Gaspar

A Telebras tem um rede Backbone, que é uma estrutura dorsal, que percorre o Brasil à Leste de Tordesilhas. De Belém até Porto Alegre, temos um grande anel ótico que vem pelo interior e, a partir deste “tronco”, que não chega na casa de ninguém e nem em escola alguma, pode-se criar redes auxiliares, anéis secundários. Este “tronco” passa por cerca de 300 municípios, mas através de construções auxiliares ele pode chegar a 4 mil municípios. Mesmo assim, ele não chega nas casas, nem nas escolas. Para chegar, precisamos fazer o que, tecnicamente, chamamos de “última milha”, que é exatamente o quilômetro final, é o cabo que chega nas casas. Esta “última milha” é que a Telebras espera que seja feito por um agente local, seja o prefeito, ou um provedor local, ou uma empresa de telecomunicações da região. Então, fica dependendo deste tipo de iniciativa que, se der certo, será atendida por 512 KBPS. Toda a população que quiser mais do que isso terá que continuar recorrendo à Net, à Telefônica, à Oi, speed, velox.

A Telebras terá um papel interessante, que será funcionar como a intranet do governo. Isso vai ser importante sim. As comunicações do governo, hoje, passam por empresas privadas, inclusive as comunicações policiais e de segurança militar. O Brasil depende de um satélite que pertence à Embratel, que é uma empresa estrangeira. Nós já tivemos um satélite nacional, mas o crime que foi a privatização da Telebras, do jeito que foi feito, entregou o satélite brasileiro, essencial até para as nossas comunicações militares, a uma empresa americana. Para o país que nós temos, com todas as dimensões, ter as comunicações do governo fechadas dentro do sistema do governo é fundamental. Neste ponto de vista, a Telebrás é essencial para que o governo tenha uma estrutura de comunicação própria e confiável.

– Em relação à amplitude do serviço de internet Banda Larga, pretende-se atender a todo o país a baixo custo?

– Não. Vai custar 15 reais até 512 KBPS e não chegará a todo o país, vai atingir,

no máximo, 4 mil municípios brasileiros, com baixa qualidade.

– Na sua opinião, qual a diferença entre o serviço que a Nova Telebrás vai prestar e o serviço atualmente prestado pelas empresas privadas?

– O serviço atualmente prestado pelas empresas privadas, em princípio, é o serviço que eu posso dizer que é de Banda Larga. De 1 mega em diante. Mas um serviço que hoje é caro, que apenas certa parte da população brasileira pode pagar e com algum sacrifício, em alguns casos. E é um serviço que só alcança de 300 a 400 municípios brasileiros. Um serviço concentrado nos municípios mais ricos. A diferença, sem dúvida, é que qualquer que seja a crítica ao projeto do governo, ele vai levar 512 KBPS até 400 municípios brasileiros. Se der certo, vai incorporar grande parte da população em um serviço ruim, mas vai incorporar em alguma coisa.

O serviço hoje é prestado em regime privado. Então não há nenhuma obrigação de universalização, de modicidade tarifária, o preço é o preço de mercado. É o preço, aparentemente, dado pela concorrência. Como a concorrência é muito pequena, os preços são muito caros. Em cada município brasileiro onde há o serviço Banda Larga, praticamente, só há uma operadora funcionando. É um serviço muito concentrado na renda média e renda alta. E é um serviço prestado em regime privado. O estado não tem como pedir nada das empresas, porque vale a regra no mercado. Se a Net, hoje, achar que não interessa atender a certa região, ela comunica e desliga o cabo. Quando um serviço em regime público não pode fazer isso.

Este serviço precisa ser em regime público e ter metas de universalização. O que não há hoje. Não temos metas, temos estimativas. Precisamos de qualidade, o plano teria que ser para, pelo menos, 1 mega. E o preço, mesmo que fosse 1 mega a 15 reais, teria que ter uma estrutura de financiamento, pode ser

por subsídio, pode ser o Fust. Então há uma falta. E a razão mesmo da briga é que essas operadoras concessionárias em regime público – a Oi, a Telefônica e a Embratel – estavam apostando que o futuro delas era a Banda Larga em Regime Público, mas o plano do governo desmontou isso.

A única desvantagem é que estas operadoras queriam fazer um serviço de universalização, com subsídios para isso, mas não vão fazer, porque o governo está se propondo a fazer. Quando terminar o contrato que eles têm, não vão saber o que fazer mais. Este contrato diz que a infraestrutura destas empresas são bens da União. Quando terminar o contrato, as centrais de comutação, os cabos telefônicos terão que ser devolvidos ao estado, que vai recuperar, por ser um serviço público. A empresa que presta serviço público é delegada do serviço, não é dona do serviço. Então elas vão ficar com o que? Eu acho que é essa a preocupação delas, hoje.

– Em que fase está o projeto? Quando deve ser efetivado?

– Até o final do ano, será inaugurado em algumas cidades e a Telebras já está fazendo leilões para a compra de equipamentos, para fazer este anel secundário nas primeiras cidades onde pretende operar, o processo já está em curso. Neste aspecto, o governo está fazendo algo muito correto, porque o governo estabeleceu um conjunto de regras para priorizar tecnologia nacional nas suas compras, o que é diferente de priorizar empresas instaladas no Brasil. Serão comprados, na medida do possível, equipamentos que tenham sido projetados por engenharia brasileira, e não quer comprar equipamentos, mesmo fabricados no Brasil, que tenham sido projetados por engenharia estrangeira. O governo estabeleceu regras para isto e está cumprindo estas regras. Está aí um aspecto positivo deste plano, que é fazer com que o poder de compra do governo seja usado para fomentar a tecnologia nacional. ■



LONDRES MEDIEVAL

Na escuridão da calada da noite
becos são penumbras vorazes
onde sombras permeiam fugazes
e o vento castiga como um açoite

Os sons de estranhos ruídos
uma névoa densa no ar
raras luzes com preguiça de clarear
e ao fundo guturais latidos

Paredes de pedra parecem suar
refletem brilhos opacos atraentes
ruas negras vazias de gentes
Londres, retrato numa noite sem luar.

Raul Pessôa é engenheiro civil

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

Carlos Fonseca, Engenheiro Eletricista de Furnas



• Memorial da Cabanagem, obra do Niemeyer, em Belém (PA). O monumento foi construído para compor as comemorações do sesquicentenário da Cabanagem, que aconteceu em 7 de janeiro de 1985. Esteticamente, a obra pode ser definida como uma rampa elevada em direção ao céu com uma inclinação acentuada apontando para um ponto sem fim, tendo no meio uma "fratura", um pedaço do monumento que jaz no chão.

• O Memorial da Cabanagem, segundo a concepção de Niemeyer, representa a luta heróica do povo cabano, que foi um dos movimentos mais importantes de todo o Brasil. A rampa elevada em direção ao firmamento representa a grandiosidade da revolta popular que chegou muito perto de atingir seus objetivos e a "fratura" faz alusão à ruptura do processo revolucionário. Embora tenha sido sufocada, a Cabanagem permanece viva na memória do povo, por isso o bloco continua subindo para o infinito, simbolizando que a essência, os ideais e a luta cabana continuam latentes na história do país.

Curso de Autocad no SENGE-RJ

O professor Renato Donato ministra aulas de Autocad, no SENGE-RJ, desde 2008 e abre turmas mensalmente. Associados ao Sindicato e estudantes de engenharia têm descontos especiais no curso desta importante ferramenta de trabalho para o engenheiro.

"Treino meus alunos para entrar no mercado de trabalho, este curso é profissionalizante e existe uma grande demanda que precisa de profissionais que trabalhem com o Cad", explica Renato Donato. Ele afirma também que qualquer pessoa pode fazer o curso, desde que tenha o segundo grau completo, preferencialmente nível técnico, e domínio do windows.

• Mais informações: (21) 3505-0707



Júlia Gaspar

O professor Renato Donato com os seus alunos de Autocad, em uma aula, no SENGE-RJ



**Siga o
SENGE-RJ
no Twitter!**

– O SENGE-RJ está no Twitter, com o objetivo de divulgar informações do Sindicato, ações em prol da categoria e lutas por uma sociedade mais justa. Se você já tem uma conta no Twitter, vá em Find People, no menu superior da tela, digite @sengerj e nos encontre!

ACESSE:
<http://twitter.com/sengerj>

Conselho Diretor aprova Delegacia Sindical em Resende

Com a DS de Resende, o Sindicato descentraliza e amplia a sua atuação

Júlia Gaspar

O Conselho Diretor do SENGE-RJ se reuniu no auditório do Sindicato, dia 30 de novembro, para discutir e deliberar sobre questões importantes, entre elas, a aprovação do processo de instalação da primeira Delegacia Sindical do SENGE-RJ, que será instalada no município de Resende, dando cumprimento ao artigo 29 do Estatuto, que prevê a necessidade de descentralização e de ampliação da atuação do Sindicato.

O Conselho, por unanimidade, aprovou, ainda, o Regimento Interno da Delegacia Sindical e elegeu os engenheiros Mário Lúcio Machado Melo Junior, Jorge Luiz Muniz de Mattos, Hermínio de Aguiar Caldeira, Cesar Provazi e Antonio Carlos Iazpeck, como Delegados Sindicais em Resende, passando a integrar o Conselho Diretor do Senge-RJ. A perspectiva é que a primeira Delegacia Sindical (em Resende) entre em funcionamento a partir de fevereiro de 2011.

Estão em andamento entendimentos com o Crea-RJ para a abertura de uma Delegacia Sindical também em Macaé. Estas iniciativas foram discutidas e previstas no Planejamento Estratégico do Sindicato, que apontou para a importância de ampliação e interiorização das ações do SENGE-RJ.

ELEITOS NOVOS REPRESENTANTES DO SENGE-RJ

Na mesma reunião, conforme Edital de Convocação publicado no dia 31 de outubro, os membros do Conselho Diretor votaram e elegeram para vagas de Representantes do Sindicato no Plená-



O presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos com os delegados sindicais de Resende Mário Lúcio Machado e Jorge Luiz de Mattos

rio do Crea-RJ: Engenharia Eletrica – Clayton Guimaraes do Vabo, Luiz Antonio Cosenza, Aluiz da Silva Mothe e Glauca Menezes S. Valle; Engenharia Mecânica/Metalúrgica – Nei Rodrigues Beserra, Julio Cezar Arruda Carvalho, Paulo Sampaio Domingues; Engenharia Química – Odair Paes de Jesus; Agrimensura – Sérgio da Costa Velho.

Foi feita, ainda, na reunião, a apuração dos votos de novos Representantes Sindicais para a Light, Central e para o Crea-RJ, sendo também eleitos: na Light – Nei Rodrigues Beserra; na Central – Carlos Alberto Vasconcelos V. Da Silva; e no Crea-RJ – Cleude Pereira da Silva e Fabio Pimentel Rabello.

NOVA PÁGINA DE INTERNET DO SENGE-RJ

Ao final da reunião, o Conselho Diretor assistiu a apresentação da nova página do Sindicato na internet, mostrando as modificações que foram feitas e que estarão em vigor, a partir da sua entrada em funcionamento no endereço www.sengerj.org.br.

**Engenheiro,
exija
seu direito!**

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

LEI 4950-A/66

ART

**GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

A hegemonia político-cultural dos Estados Unidos e a resistência latino-americana

Curso do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) aborda a influência norte-americana na geopolítica internacional

A hegemonia político-cultural dos Estados Unidos foi o tema central da segunda mesa do 16º Curso Anual do NPC, realizada no dia 24/11, com o cientista político da Unesp Marcelo Santos e o historiador, jornalista e escritor paquistanês Tariq Ali, e mediada pelo coordenador do NPC, Vito Giannotti.

A GUERRA FRIA E OS INTERESSES NORTE-AMERICANOS

O cientista político da Unesp Marcelo Santos diz que, apesar da Guerra Fria já ter acabado há algum tempo, as relações com os EUA continuam fundamentais para pensar os países da América Latina no contexto econômico. “Dizer que a América Latina não é importante para os Estados Unidos não é um bom ponto de vista. A presença norte-americana marca a história desta região. Interesses das grandes empresas norte-americanas determinaram a política americana para a América Latina”, explica.

Marcelo Santos garante que nem sempre os Estados Unidos tratam os países da mesma forma, depende das circunstâncias e das premissas que norteiam estas relações. Ele explica que, no momento pós Guerra Fria, o projeto de uma única onipotência se apresenta ao mundo com poder econômico e poder das armas. Ele diz que a Alca não se tratava apenas de um acordo comercial, mas funcionava para afastar potências rivais e projetos que não estivessem de encontro com a cultura norte-americana.

NORTE-AMERICANOS, OS MAIORES CONSUMIDORES DAS DROGAS LATINAS

Quanto ao narcotráfico e a indústria das drogas. O cientista político diz que, no Peru, na Bolívia e na Colômbia há uma política militarizada que criminaliza pequenos produtores e beneficia os norte-



O cientista político Marcelo Santos e o historiador Tariq Ali

americanos, que, segundo o estudioso, são os que mais consomem droga latino-americana.

Para Marcelo Santos, os Estados Unidos têm muito interesse nos países latino-americanos. “O neoliberalismo é uma forte política de individualismo e consumo exacerbado, que penetra corações e mentes”, declara.

MÍDIA ADORADORA DO MERCADO CONSUMIDOR X MOVIMENTOS SOCIAIS

O historiador, jornalista e escritor paquistanês, Tariq Ali, aborda elementos do colapso da URSS e do consumismo dos Estados Unidos. Tariq explica que o mundo estava dividido e, com o colapso do inimigo comunista, não havia mais espaço para a mídia ocidental, num processo que começou na década de 90, com o triunfalismo do capitalismo. Tariq Ali diz que o resultado foi a mídia monocórdia, adorando o mercado. “Muitas pessoas pensavam que isso duraria para sempre, empresas achavam que a mídia era a responsável por manter as pessoas no poder, então os governos passaram a adorar empresas de grande mídia. Mas a mídia de movimentos sociais

atropelou esta mídia manipuladora e elegeu governos de cunho popular na América do Sul”, afirma.

CENSURA MIDIÁTICA

O historiador, jornalista e escritor explica que, ao prever imagens alternativas, pode acontecer censura grave e até morte. Apesar de, na CNN, na BBC e em outras TVs ser possível observar as mesmas imagens alternativas, pois estas emissoras são fortes e manipuladas pelo ocidente.

Tariq dá exemplos de censura e conta que, no Afeganistão, bombardearam onde o correspondente da Al Jazeera estava. “Então enviaram um mapa de onde todos estavam para não acontecer mais nenhum ‘acidente’. O diretor da Al Jazeera disse que estava com 15 equipes no Iraque, e, quando filmavam em Bagdá, flagraram um tanque massacrando uma família. Foi tão forte que virou noticiário. Então, carros armados dos Estados Unidos invadiram a TV e gerais foram censurar os diretores da Al Jazeera pelo “sentimento anti-americano” exposto, quando este sentimento era por culpa da atitude americana. Os generais americanos exigiram desculpas

“A presença norte-americana marca a história da América Latina”

Marcelo Santos

“O nosso pior inimigo é a despilitização e apatia”

Tariq Ali

no ar, os diretores da TV disseram que eles (os norte-americanos) é que deviam desculpas”, explica.

INFORMAÇÃO ALTERNATIVA X REALITY SHOW

Para Tariq, a informação alternativa é uma maneira poderosa de combater o monopólio que o ocidente detém. “Muita gente não quer acreditar que o ocidente usa tortura, mas isso não é mais nenhum segredo. Os Estados Unidos usaram, no Vietnã, no Iraque e também em ditaduras na América do Sul foram utilizadas as torturas”, alerta.

O historiador, jornalista e escritor também faz outra crítica: “canais de compras, celebridades e reality shows são febres nos canais de TV para mascarar os problemas e as pessoas não protestarem. O nosso pior inimigo é a despilitização e apatia”, afirma

GOVERNO NORTE-AMERICANO

Tariq Ali afirma que, no governo Obama, cresceu a disparidade entre ricos e pobres. “O Obama é uma continuidade do governo Bush”, lamenta.

Gabriel Bernardo/Fazendo Mídia